

Educação sexual: a quem dirigir os primeiros esforços? 4

Carlos Alberto Dias*
Leila Salgado de Paula**

RESUMO

Partindo do estudo de alguns artigos precedentes sobre educação sexual, os autores procuram acentuar os pontos que se aproximam e os que se distanciam de uma eficaz intervenção nesse campo. No intuito de demonstrar que não devem ser as crianças e os adolescentes o centro primeiro de atenções, mas seus educadores, analisam de que maneira esses sujeitos se comportam diante de situações onde a sexualidade é colocada em evidência. Constatam que são os adultos, e não, crianças e adolescentes que apresentam dificuldades reais de se posicionarem face a tais questões. As idéias negativas que a criança apresenta não são originárias de suas experiências, mas da reação dos adultos que tentam negar, sistematicamente, a sexualidade e as descobertas infantis.

Consideram que os atuais educadores tiveram uma educação sexual repressora e que, por isso, não estão naturalmente aptos a orientar as novas

* Psicólogo. Professor da Universidade Vale do Rio Doce-MG. Mestre em Psicopatologia pela Université de Picardie Jules Verne-França.

** Psicóloga. Especialista em Terapia Sistêmica.

Recebido em 15.08.00

Aprovado em 09.09.00

gerações. Como tentativa de solução desse problema, propõem que lhes seja dirigido um trabalho de reeducação sexual, a fim de que se tornem capazes de intervir, adequadamente, junto às novas gerações.

REFLEXÕES ANTERIORES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

Final do século XX, início do século XXI, e o homem se confronta ainda com um antigo problema: o gerenciamento de sua vida sexual. Problema criado, segundo os cristãos, a partir do momento em que Adão e Eva degustaram do “fruto proibido”. Depois desse lendário casal, todos os seres dele originários, são portadores de uma característica primária: seu sexo. Esse os define como alguém pertencente a um grupo particular e que, ao mesmo tempo, os distingue em relação a outro grupo particular: grupo masculino e grupo feminino.

Desenvolveu-se o mais poderoso recurso de criação humana, a tecnologia, e com ela produziram-se máquinas e instrumentos sofisticados, e aprendeu-se a controlá-los de forma perfeita. Mas, o homem não se tornou ainda capaz de se servir eficazmente de seu maior recurso: seu corpo e sua sexualidade. Como fazê-lo?

Na década de noventa, o tema mais amplamente discutido para resolver esse “pequeno” problema foi “educação sexual”. Verificou-se que esse recurso deve ser colocado em ação não unicamente na família, mas também na escola, nos meios de comunicação social; “estranhamente”, há ainda quem defenda a idéia de que deve ser também uma preocupação das instituições religiosas. Reservando-se o direito de abordar o “estranhamente” em outra ocasião, vale lembrar nesse ponto, que nessa mesma revista (*Revista Brasileira de Sexualidade Humana*) foram publicados uma série de artigos significativos sobre o assunto. A intenção não foi de apresentar receitas prontas, mas de abrir espaços para reflexões mais aprofundadas nesse campo. O momento é, pois, oportuno para citar alguns dos autores:

Em 1991, Nelson Vitiello e Isméri Conceição, no artigo intitulado “O exercício da Sexualidade na Adolescência”¹ (Vitiello; Conceição, 1991, p. 15-24) procuram demonstrar que diante das dificuldades familiares em se tratar da questão da sexualidade de seus filhos, a escola deve se preparar para atuar nessa área junto aos educandos e às suas famílias. Um ano mais tarde, é publicado “Proposta de um Programa de Orientação Sexual para Escolas Infantis”. Nesse, Maria Helena Gherpelli e outros (Gherpelli; Buralli & Rosenburg, 1992, p. 46-55), apresentam uma proposta de Orientação Sexual cujo objetivo é equipar os jovens para buscarem atitudes *responsáveis* com relação ao uso de sua sexualidade. Evidentemente, a primeira questão que esse artigo nos suscita é relativa à palavra “responsável”.

Afinal, aqui ocorre um confronto de valores. É sabido por todos que atuam junto a indivíduos com distúrbio sexual, que são exatamente os valores defendidos pelos sujeitos um dos maiores obstáculos na obtenção de uma vida sexual saudável. No nível teórico, partem de duas idéias que, em relação ao artigo precedente, apresentam algumas dissimetrias: a primeira, é de que a família é, em primeira instância, o elemento formador da criança e que os pais desde muito cedo se encarregam da responsabilidade de educar sexualmente seus filhos; a segunda, é de que o papel da Escola é o de sistematizadora do conteúdo adquirido sobre sexualidade, tanto em termos de informações quanto de experiências vividas (p. 48). Teoricamente, esses pontos de vista se aproximam muito, mas, na prática, mostram-se bem distantes: primeiro, porque constatou-se que a família não assume o papel de educadora, mas, de repressora da sexualidade de seus novos membros, e em segundo, porque a escola não conta com educadores capazes de tratar com maturidade as questões relativas à sexualidade, propostas por seus educandos.

Maria Barbosa apresenta, em 94, um artigo interessante sobre "O Trabalho do Orientador Educacional na Educação Sexual" (Barbosa, 1994, p. 44-55). Segundo ela, *"Educar sexualmente o indivíduo é passar as informações associadas à permissão da expressão da sexualidade que, por sua vez, está associada aos sentimentos. Assim sendo, são componentes básicos da educação sexual, além da liberdade e da responsabilidade, a afetividade, o prazer e a comunicação"*. Nesse sentido, parece claro que educar sexualmente vai muito além de sistematizar um conhecimento adquirido sobre sexualidade. Educar sexualmente implica na eliminação de mitos, redução de falsas pistas e, sobretudo, comunicação da verdade.

Finalmente, dentre os vários artigos publicados sobre este tema, considera-se fundamental a questão colocada por Nelson Vitiello: "Quem educa o educador?" (p. 25). Além dessa questão, que parece central nas discussões sobre educação sexual, vale a pena relembrar sua proposta quanto ao modo de atuação do educador. O autor entende que *"a educação sexual nas escolas não deve, ou ao menos idealmente não deveria, se constituir em uma disciplina com provas, mas sim, ser propiciada por um professor especialmente treinado, como educador que é, para a discussão participativa dos problemas ligados à sexualidade humana, sem assumir postura de julgador do que é "certo" ou "errado" em matéria de sexo. Em nossa maneira de entender, a metodologia a ser utilizada para a educação sexual deve ter as seguintes características: participativa, dialógica, baseada na realidade sócio-cultural, desenvolvida com criatividade, intimista, lúdica"*. Importante nesse artigo é que, mais adiante, propõe que o educador sexual deve ter alguns atributos que facilitarão seu trabalho. Entende que dentre os atributos desejáveis se destacam: adequação sexual própria, facilidade de contato com jovens, abertura intelectual moral e afetiva, tolerância, conhecimentos adequados. Embora Vitiello seja demasiado exigente em relação à

figura do educador sexual, considera-se que não respeitar essas indicações torna inútil qualquer esforço de orientação de crianças e jovens face às suas descobertas e questões sobre a vida sexual. A questão “*Quem educa o educador?*”, e ainda a necessidade de *determinar por onde começar a educar sexualmente* deve, pois, se situar no centro das discussões sobre educação sexual.

A observação das relações entre crianças e educadores tanto na prática clínica, quanto no constante contato com pais e professores de crianças em idade pré-escolar e escolar, permite perceber a presença de comportamentos aversivos adotados por diversos adultos frente às situações de expressão da sexualidade da criança. Tais comportamentos causam prejuízos ao desenvolvimento infantil, de tal maneira que o trabalho educativo que lhe é dispensado torna-se ineficaz. Afinal, são sempre surpreendentes, as reações adultas diante da tríade criança – comportamento sexual – olhar do adulto: repressão, espanto, repulsa, incompreensão e mesmo agressão física e verbal. Vários adultos, quando questionados sobre sua conduta diante de comportamentos de expressão da sexualidade da criança e do pré-adolescente, dizem ser invadidos por sentimentos de aversão, ficando sem saber como agir, como diz C.A.P. – professora de crianças em idade pré-escolar: “*Nunca sei como agir nessas situações. Eu tento me controlar para não gritar e não assustá-los, mas nem sempre eu consigo*”. O depoimento dela sugere a dificuldade com que os adultos lidam com as descobertas sexuais infantis e juvenis. Resta-nos então investigar as causas da dificuldade do adulto diante da expressão da sexualidade na infância, e o que isto contribui no exercício da sexualidade futura.

DESCOBERTAS SEXUAIS, UM JOGO PRAZEROSO

*“... Minha dor é perceber
que apesar de termos feito tudo o que fizemos,
ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais...”*
Belchior

A relação com o prazer, estabelecida pela criança, é bem distinta da relação existente entre o adulto e a sua busca de prazer. O comportamento adulto, no que se refere à busca do prazer sexual está ligado ao contato, ou seja, ao ato sexual; enquanto que para a criança, essa busca de prazer traz em si a necessidade de se descobrir, ao mesmo tempo em que descobre o outro.

Sabemos que a motivação para as brincadeiras, os jogos, as práticas masturbatórias tão frequentes na infância, não dependem de uma estimulação exterior, elas podem ser fruto da necessidade de conhecer a si mesma e ao mundo, característica dessa fase do desenvolvimento. A criança quan-

do brinca, está externando e aprendendo a lidar com sentimentos muitas vezes conflitantes, sentimentos em relação a si mesma e aos outros. É brincando com crianças do mesmo sexo e do sexo oposto, que ela vai percebendo as semelhanças e diferenças entre ela, seus pais e as outras pessoas. É através dos jogos sexuais que a criança vai se descobrindo, vai construindo a sua identidade.

Entretanto, ao se tratar do assunto sexualidade infantil, duas das maiores dificuldades residem na busca de respostas para as seguintes questões:

- como saber o que ocorre com a criança em suas brincadeiras?
- que barreiras construídas em torno do adulto devem ser transpostas para possibilitar uma aproximação efetiva do mundo vivencial da criança, a fim de que se possa compreendê-lo?

O indivíduo adulto em sua posição de reprodutor das normas e valores sócio-culturais, nega à criança conhecimentos acerca do corpo e suas manifestações e da própria sexualidade. Agindo assim está, negando-os a si mesmo. Muitas pessoas não se permitem vivenciar a expressão de sua sexualidade, genital e afetiva, o que geralmente dificulta uma verbalização natural sobre o tema. Os tabus socialmente criados em relação à sexualidade e que são transmitidos através do tempo, de geração em geração, vêm impedir a realização sexual, ou seja, a liberdade de vivenciar experiências eróticas de forma prazerosa e natural. Impede até mesmo que se fale sobre sexo, já que tais experiências não são encaradas de forma tão natural quanto deveriam.

Sabe-se, pois, que a criança, dotada da “pulsão de saber ou de investigar” (Freud, 1905) – e como uma forma de preencher as lacunas deixadas pelo adulto no que se refere às respostas às questões que faz – é levada a formular por si mesma, suas próprias teorias acerca de todas as áreas de sua vida; tem, portanto, suas próprias “idéias” sexuais. Formula suas próprias explicações da realidade, independentemente das informações recebidas dos adultos. Elabora teorias sobre o nascimento dos bebês, a presença ou ausência do pênis, as diferenças e semelhanças entre os sexos, a relação sexual dos pais, etc.; e as leva consigo para as situações lúdicas de descoberta sexual, onde as compara com as teorias de outras crianças. O estudo dessas teorias infantis e seu contexto lúdico é muito difícil, parecendo só haver duas maneiras pelas quais se possa estudá-las: a primeira, através do relato do adulto, de suas experiências infantis, o que parece ser bastante complicado; e a segunda, pela observação direta dos comportamentos emitidos pelas crianças em suas brincadeiras.

Um dos fatores que dificultam o estudo do pensamento infantil e sua estruturação, através do relato pelo adulto, do que esse vivenciou na infância, é o que Freud nomeia de “amnésia infantil” (Freud, 1905). Refere-se à incapacidade que a maioria das pessoas têm de recordar, de forma clara, o

que lhes ocorreu nos primeiros anos de vida. Considerando que essas experiências influenciem muito sua vida adulta, há necessidade de se saber sobre elas. O estado de amnésia infantil se constitui, segundo Freud, num obstáculo ao estudo das experiências de descobertas sexuais da criança, uma vez que a memória do adulto, no que se refere a tais questões, se apresenta falha; talvez pelo rigor com que essas experiências foram reprimidas. Contudo, pode-se perceber que esse estado de amnésia não é universal. Nota-se a existência de pessoas que conseguem se lembrar com detalhes, das experiências vivenciadas na infância, o que dá um indício bastante forte de que tal estado de amnésia infantil somente acomete parte dos adultos, aqueles cujas manifestações da sexualidade foram punidas física ou emocionalmente por seus educadores.

A reação que o adulto exprime frente às explorações sexuais feitas pela criança oferece a ela uma idéia sobre como é vista sua relação com o prazer, e pode ser um fator determinante do seu esquecimento quando adulto. Ao sentir a reprovação vinda do adulto, a criança pode desenvolver sentimentos de culpa em relação ao próprio prazer, podendo passar a não se permitir senti-lo ou mesmo falar sobre ele. Portanto, o que se pode perceber é que comportamentos que trazem em si o aspecto sexual, não são bem aceitos em nossa sociedade; são vistos com reprovação e repudiados pelos educadores, fazendo com que a criança aprenda a ocultar tais comportamentos tão logo comece a sentir a presença dos fatores educacional e social em sua vida; que já se encontram presentes lá nos primórdios – e até antes – da vida da criança.

Sabe-se que, logo ao nascer, a criança entra em um cenário que antecede sua existência. É inserida de forma automática numa realidade social, com todas as suas manifestações. Ela nasce e, de presente, recebe um nome, uma cultura; passa a fazer parte de instituições como a família e, mais tarde, a escola. É no processo de interação com seus pais e com outros representantes de sua cultura que a criança introjeta os padrões morais, os valores, as normas, os tabus da sociedade a que pertence. Esta função socializadora é de responsabilidade da família, onde a criança estabelece os primeiros contatos sociais, e da escola, onde em contato com outras crianças, é chamada a colocar em prática as normas e regras necessárias à vida em sociedade. O processo de socialização não deve, porém, levar somente à fixação de regras e normas de conduta. O adulto deve se preocupar, principalmente, em abrir espaço para que a criança conheça as possibilidades existentes no contato com o outro e consigo mesma; eis a função da educação sexual. Cabe à família e à escola, tanto a formação moral quanto psicológica da criança, ou seja, é responsabilidade dos educadores transmitir não só normas sócio-culturais, mas, também, informações que dêem condições à criança de se desenvolver emocionalmente, conhecendo a si própria e podendo expressar-se com maior liberdade e segurança nas diversas áreas de sua vida.

Tal função da educação, entretanto, não tem se realizado de forma efetiva. Como já citado anteriormente, a família encontra-se despreparada

para educar e preparar a criança para a vida, e transfere essa responsabilidade para a escola, que também não se encontra em condições para assumi-la. Acredita-se que essa falta de preparo por parte dos educadores, ocorra em função da precária educação que receberam. Seus pais e professores provavelmente se limitaram a ensinar-lhes normas de conduta culturalmente estabelecidas. Provavelmente, a eles não foi permitido ter acesso a informações sobre sua sexualidade, sua realidade, seu universo infantil. Muito provavelmente, seus pais fizeram o que hoje eles se encarregam de fazer: transferir para outros, também incapacitados, a responsabilidade de educá-los para a vida.

O adulto só será capaz de assumir a responsabilidade de educar a criança, quando passar a ver com naturalidade as manifestações não só infantis, mas as suas próprias. É necessário que a nossa sociedade evolua de forma tal que se possa não apenas falar sobre sexo, mas viver a sexualidade. A compreensão da sexualidade como um processo condizente com o desenvolvimento da criança pode, em muito, contribuir para que o adulto possa se posicionar como um companheiro da criança na viagem pelos caminhos da construção de si mesma, de sua própria identidade. Muitos dos comportamentos e brincadeiras sexuais vivenciados pelas crianças refletem, além da curiosidade acerca das diferenças anatômicas de um e de outro sexo, as diferenças relativas aos papéis desempenhados por cada um. É através de brincadeiras, nas quais a criança representa papéis como *mamãe*, *papai*, *professora*, etc., que ela internalizará e desenvolverá uma representação do seu papel social. Essa representação é a atuação do indivíduo, na função que a sociedade lhe atribui, e é extremamente importante que a criança se identifique com pessoas do mesmo sexo, pois assim, ela estará internalizando o papel social destinado a cada sexo. Pode-se perceber claramente como, durante a infância, os grupos de meninos e meninas vão se distanciando uns dos outros, mesmo que tais divisões não sejam impostas pela família ou por outro grupo em que estejam inseridos.

É possível, pois, afirmar que a busca de desenvolvimento da própria identidade pela imitação de comportamentos dos adultos, pode ser responsável por grande parte dos comportamentos e jogos sexuais perpetrados pelas crianças. Tais comportamentos passam pela censura do adulto quando não são considerados algo que venha a ferir os valores que norteiam a vida desse adulto. Entre eles, estão as brincadeiras de *casinha*, *escolinha*, *as lutas* e *as brincadeiras de carrinho*, por exemplo.

Em contrapartida, as crianças expressam muitas vezes em suas brincadeiras, comportamentos que vêm repletos o que se tem como correto e aceitável em nossa sociedade, comportamentos possuidores de claro conteúdo sexual. Podemos relacionar tais comportamentos à busca de sensações prazerosas no próprio corpo. É através deles que a criança conhece seu corpo e se permite sentir prazer nessa descoberta. Entre eles estão as *práticas masturbatórias*, *o beijo na boca*, *as práticas de contato de genitais*, etc.

Comportamentos que causam no adulto reações de repugnância e até provocam a aplicação de punições severas nos “contraventores”*. Tais reações têm sua origem nas normas de conduta introjetadas pelo indivíduo enquanto criança.

Ao se refletir sobre tais atitudes advindas de pais, professores, enfim, de adultos, no contato com crianças, depara-se com a seguinte questão: seria a introjeção incondicional das normas de conduta na infância, responsável pelas dificuldades do sujeito, quando adulto, em lidar com as descobertas sexuais infantis?

A questão da sexualidade é vista de várias maneiras, por várias culturas. Na nossa sociedade, ocidental, a expressão da sexualidade é encarada de forma tão negativa que necessita ser camuflada, renegada; e para tal, são impostas normas educativas de conduta que visam reprimir a sexualidade. À criança, muitas vezes não é permitido tocar ou expor seu genital; brincar com crianças do sexo oposto; tomar banho com os pais; ocupar-se de atividades consideradas próprias do outro sexo; fazer perguntas a respeito de sexo; etc. A criança, por estar em formação, sofre um impacto maior desta repressão.

A EDUCAÇÃO SEXUAL RECEBIDA PELOS EDUCADORES

Partindo-se do princípio de que todo adulto fora, um dia, uma criança que teve sua sexualidade vista de maneira negativa, que não pôde vivenciar de forma prazerosa essa etapa do seu desenvolvimento, enfim, que teve uma educação repressiva, pode-se, então, acreditar que a função da “educação sexual” tem cedido lugar à “repressão cultural”. Essa impede não só o vivenciar saudável de tais experiências de descoberta de si mesmo, mas também impede o sujeito, enquanto adulto, de se posicionar como um facilitador compreensivo do processo de construção da identidade da criança.

O adulto é uma peça-chave nesse vivenciar saudável de experiências de descoberta do próprio sexo, pela criança. Porém, o que se percebe é que a função da *educação sexual infantil*, segundo uma perspectiva realista capaz de levar o indivíduo a uma conduta eticamente correta, não tem sido assumida pelo adulto nem dentro da família, muito menos nas escolas. Tal função, considerada também uma função social, na medida em que não se realiza, “...vem contribuir para ampliar e realimentar o círculo vicioso do analfabetismo sexual.” (Schiavo; Silva, 1977, p. 150). Em outras palavras,

* Nos referimos à criança como contraventora uma vez que percebemos que, aos olhos do adulto ela é tida como marginal, como um delinquente ao apresentar comportamentos sexuais não aceitos socialmente.

uma criança sexualmente reprimida torna-se um adulto repressor das explorações sexuais de suas crianças.

O erotismo saudável se inicia nos primeiros anos de vida sexual da criança e deve contar com a presença do adulto. É no momento das descobertas e por meio da compreensão, da informação, enfim, da educação, que a criança vai aprender a se valorizar, se aceitar, se conhecer, se posicionar enquanto pessoa. Esse momento deve ser encarado pelos pais e educadores como um jogo onde a criança vai sentir prazer e não culpa em descobrir-se; onde o adulto possa proporcionar à criança condições de, no futuro, ser alguém que vá se posicionar frente às explorações espontâneas infantis, com uma facilidade muito maior que seus pais.

Percebe-se que, muitas vezes, a falta de informações e o medo de que a criança se torne homossexual faz com que algumas experiências vivenciadas por ela sejam vistas pelos adultos como “experiências homossexuais”, enquanto deveriam ser vistas como “experiências de identificação com o próprio sexo”. Essas experiências vêm facilitar a descoberta de si mesmo no momento em que as semelhanças aparecem. Ao tocar o próprio corpo e o corpo do *coleguinha*, a criança está se descobrindo e se certificando da sua identidade sexual e dos papéis que vem desempenhando e que desempenhará ao longo da vida. Portanto, é preciso se estar atento para o fato de que, em se tratando de criança, os jogos sexuais com mesmo sexo não representam uma “escolha sexual”, como no caso do indivíduo adulto, mas sim, uma identificação com o outro que possui o mesmo papel sexual que ela. Tal comportamento não se apresenta de forma tranqüila aos olhos do adulto; do adulto que um dia também fora criança. Pode-se acreditar que a dificuldade apresentada pelo adulto, no que se refere à sexualidade infantil e, por que não dizer, no vivenciar sua própria sexualidade, pode ser resultado das censuras, da pressão sofrida na infância.

A criança que sofre na pele a força repressiva das normas e regras de uma sociedade que vê a sexualidade como algo “sujo” e errado, pode introjetar tais conceitos e estendê-los para sua vida sexual adulta. Uma vez que a criança tenha suas explorações sexuais relacionadas a sentimentos de culpa, por se tratarem de experiências desvalorizadas ou repudiadas por pessoas como os pais e professores – que são tidos como dotados de sabedoria e merecedores do seu amor e confiança – ela pode, ao carregar essa culpa, apresentar ao longo de toda a sua vida, dificuldades no âmbito sexual. Esse torna-se um ponto que merece consideração, pois, pessoas com dificuldades na obtenção de prazer sexual tem surgido com notável frequência tanto nos consultórios quanto na sociedade em geral. Haja visto os inúmeros casos de impotência revelados com o advento do “Viagra”.

Na experiência clínica, tem-se observado que há um elemento de grande incidência entre as pessoas que apresentam dificuldades em sua prática sexual: a fixação rígida de tabus que vieram reprimir suas experiências

de descoberta da própria sexualidade na infância. Tal elemento pode se tratar de uma mera coincidência, mas acredita-se que não o seja.

Toda a sociedade tem a infância como o período no qual são introjetados no sujeito, através do experienciar e de suas conseqüências, as noções de certo e errado, bom e mal, bonito e feio; conceitos ligados à cultura a que se pertence. Espera-se que, com o passar do tempo, com a aproximação da maturidade, o sujeito faça uma releitura do que lhe foi passado pelo social na infância e se torne capaz de julgar por si mesmo o que antes lhe fora imposto. No entanto, as questões ligadas à sexualidade estão, na realidade, menos acessíveis ao julgamento pessoal, uma vez que se aprende muito cedo que esse julgamento é do domínio do outro; dessa forma, pouco delas pode-se se aproximar, não há permissão para isso. Torna-se oportuno citar Arminda Aberastury, quando diz que: "... O rechaço do adulto da sexualidade da criança não se limitou a proibir seu livre desenvolvimento, mas foi além, quando o levou a negar-lhe esclarecimento sexual..." (Aberastury, 1996, p. 54). Essa falta de esclarecimento, de informações, dificulta a decisão de aceitar ou negar aquilo que é transmitido socialmente. Isto torna a forma como foi vista pelo outro a expressão da sexualidade na infância, o parâmetro nessa decisão.

A visão do outro a respeito da ação da criança assume, a partir daí, o papel de determinar a sua visão e ação quando adulta. A criança que foi tolhida em sua sexualidade pode, na falta de informações sobre as questões sexuais – que possam tirar a imagem negativa associada ao sexo – se tornar um adulto incapaz de vivenciar de forma saudável suas experiências sexuais, não obtendo nelas prazer. Por sua vez, pode se tornar também um agente repressor da sexualidade infantil, reproduzindo assim a sua própria história.

A EDUCAÇÃO NECESSÁRIA

A observação da postura do adulto frente às explorações sexuais infantis permite inferir que o conjunto de valores impostos socialmente a cada indivíduo, exerce uma influência possivelmente negativa em sua visão a respeito da sexualidade. A criança, sob tal influência, viria a se tornar um adulto com dificuldades em lidar com a própria sexualidade e com o despertar da sexualidade de outras crianças, contribuindo para a reprodução constante de uma educação repressora.

No discurso de pais e educadores que procuram ajuda em função das dificuldades em orientar filhos e alunos no tocante à vida sexual, constata-se inúmeras evidências de que o universo do adulto é cheio de valores, de forças morais que o impedem não só de conhecer e investigar o mundo infantil, mas também de dar à criança explicações e informações necessárias ao seu desenvolvimento. Esse fato impede que a criança vivencie de forma saudável sua sexualidade contribuindo para que ela se torne, mais

tarde, alguém que sentirá dificuldades em se realizar sexualmente. Recomenda-se, então, uma educação baseada na compreensão de que as explorações sexuais realizadas pela criança possam e devam ser vistas como uma atividade natural e inerente ao seu processo de desenvolvimento; uma educação que permita à criança descobrir-se sem se sentir culpada, para que mais tarde viva de forma saudável sua vida sexual. Para que isto seja possível, devem-se transformar os atuais processos de repressão sexual em verdadeiros processos de educação sexual.

Acredita-se que, para educar verdadeiramente crianças e adolescentes no tocante à vida sexual, deve-se inicialmente deixar de vê-los como alvo primeiro de intenções. É necessário, antes de tudo, voltar-se a atenção para os educadores. Os primeiros esforços devem ser dirigidos à formulação de programas e processos de reeducação sexual com vistas a reduzir as barreiras criadas na consciência dos adultos, que os impedem de viver de forma natural a própria sexualidade. Antes de se discursar a respeito da beleza e do prazer que a vida sexual representa no mundo humano, cumpre-se senti-lo verdadeiramente.

Em síntese, pode-se dizer que a reeducação sexual daqueles que atuam como educadores é o primeiro passo necessário para uma adequada intervenção educativa junto a crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERASTURY, A. *Abordagens à psicanálise de crianças*. Porto Alegre: Artmed, 1996.
- BARBOSA, M. "O trabalho do orientador educacional na educação sexual. In: *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. Vol. V, nº 1. São Paulo: Iglu, 1994.
- FREUD, S. "A sexualidade infantil". In: *Três ensaios sobre a sexualidade*. Vol. VII. São Paulo: Imago. Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas, 1905.
- GHERPELLI, M.; BURALLI, K. & ROSENBERG, C. "Proposta de um programa de orientação sexual para escolas infantis e de 1ª e 2ª graus". In: *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. Vol. III, nº 1. São Paulo: Iglu, 1992.
- SCHIAVO, M. & ANDRADE SILVA, M. "Educação sexual: história, conceitos e metodologia". In: *Sexologia: interdisciplinaridade nos modelos clássicos educacionais e na pesquisa*. Rio de Janeiro: Editoria Central da Universidade Gama Filho. p. 150.
- VITIELLO, N. & CONCEIÇÃO, I. "O exercício da sexualidade na adolescência". In: *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. Vol. II, nº 1. São Paulo: Iglu, 1991.
- VITIELLO, N. "A educação sexual necessária". In: *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. Vol. VI, nº 1. São Paulo: Iglu, p. 15-28.